

A universidade que houve, que há e a que poderá haver no futuro ensino universitário no Brasil



<https://doi.org/10.56238/sevened2023.006-029>

J. Félix Estanislau

Doutorando da Faculdade de Engenharia e Ciências de Guaratinguetá (FEG) da UNESP e em disciplina no Instituto de Educação e Pesquisa em Práticas Pedagógicas (IEP-3) da UNESP. Formação anterior, Mestre em Física pelo IFSC-USP na área da matéria condensada

Instituto de Educação e Pesquisa em Práticas Pedagógicas (IEP-3) e Faculdade de Engenharia e Ciências de Guaratinguetá (FEG) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP).

E-mail: felix.estanislau@unesp.br

RESUMO

A formação da universidade no Brasil foi uma consequência da necessidade de modernização da

crescente civilização brasileira engendrada pelo crescente Renascimento científico grego ocidental e de suas Revoluções e do Capitalismo contrários aos princípios do Mercantilismo e da Monarquia, e que se havia expandido e tomado ascensão na Europa, na América do norte e em suas colônias. Mas, então, qual é a universidade que existiu e existe em território brasileiro? E, qual futura universidade poderá haver no Brasil? Para responder essas questões foram adotados dois critérios metodológicos: o estudo de fontes bibliográficas recentes e as capacidades crítica, analítica e relacional dos fatos verídicos e atuais em estudo neste artigo. (Área de História, Educação e Pedagogia)

Palavras-chave: Universidade, Renascimento, Ensino, Modernização.

1 INTRODUÇÃO

1.1 PANORAMA HISTÓRICO DO BRASIL E DO MUNDO

Para responder essas perguntas (dúvidas) apresentadas no resumo e título deste artigo é necessário ter em pensamento o momento panorâmico histórico, político, econômico e social do Brasil e do Mundo tanto passado, quanto presente, que cercaram o desenvolvimento da civilização brasileira. Assim, pode-se ter as causas e as consequências formadoras da universidade no Brasil e seu estado presente. Nesta direção, bem sabido é que o Brasil está dentro do grupo dos países do *Novo Mundo* e sua formação inicial foi fundamentada como Colônia de Exploração por países (povos) do *Velho Mundo* essencialmente, mais fortemente por europeus e americanos do norte (USA). O interesse inicial não era em formar uma Colônia de Povoamento permanente, mas em formar uma Colônia que fornecesse ao Mundo Mercantilista as matérias-primas básicas, isto é, madeiras, minérios e outros produtos naturais complementares para o desenvolvimento econômico, industrial e social das grandes nações daquela época.

Nessa relação Mercantilista, o Brasil foi inserido não para compartilhar do desenvolvimento econômico, científico e social, mas para servir àquelas nações que se tornavam grandes potências econômicas, políticas, sociais e científicas no *Velho Mundo*. Portanto, o desenvolvimento científico



em território brasileiro não era conveniente às grandes nações em expansão Mercantilista. Assim, a população governante no Brasil estava em formação e tinha seus estudos conseguidos fora, nas grandes metrópoles do Mercantilismo. Mais além, o território brasileiro era vasto e o povo era pouco para efetivar-se uma exploração, ocupação e desenvolvimento rápido.

Com o Renascimento científico grego oriental eclodido aos poucos na Europa e na América do norte (USA), essas nações formadas com fundamentos em princípios teológicos passaram sofrer Revoluções políticas, econômicas, sociais e científicas internas (Guerras internas) e conflitos externos (Guerras entre nações), que as transformaram e induziram ao surgimento de uma nova relação política econômica, a saber: o Capitalismo, que modificou as estruturas comercial, social e trabalhista para incorporar ideais liberais de fundamentos Capitalista e Científico (DA SILVA, 2017). O expansionismo dessas Revoluções, do Capitalismo e das Guerras externas exigiu que as grandes nações modificassem as relações políticas e econômicas com suas Colônias de Povoamento, e, também, com suas Colônias de Exploração (por exemplo, com o Brasil), onde, em pedaço, essas sociedades governantes já haviam tomado o conhecimento das Revoluções do Capitalismo e das Científicas sobre o pensamento deles do modo e do meio relacional como viviam.

Nas Guerras externas, Napoleão Bonaparte (França) expandindo seus domínios na Europa deu um ultimatum ao rei de Portugal e submeteu-o a um bloqueio econômico político. Ao passar dos anos, Napoleão resolveu invadir Portugal. Temendo o domínio francês, em 1808, o rei D. João VI com sua família, sua Corte e um grande grupo de assessores e militares partiram em fuga para a sua vasta Colônia de Exploração: o Brasil (VICENTE, 1993). Neste momento, o Brasil como sede de uma Realeza em seu território sofreu modificações políticas, econômicas e sociais drásticas para acomodar os interesses da Realeza portuguesa, que trouxeram muitos benefícios rápidos; mas, também trouxeram grandes perdas do ponto de vista das Revoluções Científicas e do Capitalismo.

Nessa época, na Europa e na América do norte (USA) já existiam várias e excelentes universidades: as Universidades de Oxford e de Cambridge fundadas em 1096 e 1209, respectivamente, a Universidade de Paris fundada em 1178, a Universidades de Harvard fundada em 1637, entre muitas outras. Com a separação do poder do *Estado* do poder *Teológico*, por causa daquelas Revoluções, uma nova classe social foi enriquecendo-se e ascendendo ao poder: a burguesia (GIOVANAZZI, 2014). Esta classe social serviu-se das universidades e com o passar dos anos foram constituídas três bases de organizações universitárias: I) o Modelo Napoleônico, onde o Estado prevalece com os seus interesses sobre os objetivos da instituição social universidade, II) o Modelo Anglo Saxônico, onde a sociedade civil ou sociedade particular prevalece com os seus interesses sobre os objetivos e administração da universidade, e III) o Modelo Germânico, onde há autonomia da comunidade sobre os objetivos e as formas de organização e administração da universidade (CHAVES, 2019; MINGUILI et al., 2008).



2 A EXPANSÃO CAPITALISTA E CIENTÍFICA NA “COLÔNIA BRASIL”

Mas, no Brasil, até início do séc. XIX, não existia ensino superior. A partir do ano 1808, D. João VI cercado da maioria de seus assessores, de sua Corte, de seus militares, de seus familiares e de uma parte da burguesia portuguesa, induziu a população brasileira tornar-se mais bem estabelecida e permanente. Seu estabelecimento em território brasileiro exigiu liberdade de desenvolvimento próprio na ex-colônia, que, agora, passava a um status político, econômico, social e administrativo de uma mistura de meio Colônia e meio Metrópole para servir aos interesses do *Velho Mundo* em modernização (a Idade Moderna). Neste contexto, a liberdade de desenvolvimento estava lacerada aos interesses da Monarquia, e ao mesmo tempo, aos interesses do Renascimento Científico e seu desenvolvimento e do Capitalismo no *Velho Mundo* abraçados fortemente pela nova classe social: a burguesia. Neste conflito, a Monarquia via-se em necessidade de modernização, mas sem perder seus privilégios e poderes. Assim, em 1815, D. João VI assinou um decreto criando o Reino Unido Portugal, Brasil e Algarves; portanto, o Brasil deixou de ser Colônia e passou ser tratado como parte Real do Reino de Portugal. Assim continuando, no setor da educação, a Realeza permitiu a construção e funcionamento de escolas e de algumas faculdades; por exemplo, a Faculdade de Medicina fundada no território da Bahia, onde primeiro aportou a Realeza portuguesa (CHAVES, 2019; MINGUILI et al., 2008).

Com o freio dos avanços de Napoleão na Europa, a Revolução do Porto de 1820 e da convocação das Cortes idealizando o retorno da família Real e da própria Corte portuguesa, D. João VI retornou à Portugal em 26 de abril do ano 1821. Entretanto, deixou em território brasileiro seu filho menor, D. Pedro (14 anos de idade), como Príncipe Regente sob os cuidados de seus tutores, essencialmente, da família dos Andrada(s). Assim, nos períodos seguintes de Regências e Império, foram construídas mais escolas e Faculdades de Medicina e Direito nos territórios de Salvador e Rio de Janeiro. Nos territórios de São Paulo e Olinda foram construídas as Faculdades de Direito. Em território do Rio de Janeiro, para onde se transferiu a Realeza e seu governo, foi construída a Faculdade Politécnica. Essas faculdades funcionavam como instituições sociais, no estilo do Modelo que prevalece os interesses do Estado de Governo Monárquico (PEREIRA et al., 2014). A maioria do ensino superior, que exigia a classe dominante em território brasileiro, ainda era conseguido lá fora, no exterior: Europa e América do norte (USA). Mas, em 1870, ao estilo do Modelo Anglo Saxônico (USA), foi fundada a Escola Americana do grupo presbiteriano Mackenzie. E, em 1896, essa escola tornou-se a *Mackenzie College*, que ficou vinculada a Universidade do Estado de *New York*.

3 A EXPANSÃO CAPITALISTA E CIENTÍFICA NO BRASIL PÓS MONARQUIA

Somente no século XX, após a proclamação, ascensão e instituição do governo Republicano, Federativo e Presidencialista, em 15 de novembro do ano 1889, por uma classe em constante crescimento, desenvolvimento e afrontamento à Monarquia no Brasil, principalmente, formada de



militares, inspirada nos ideais do Renascimento grego ocidental ao estilo da América do norte (USA), foi construída a primeira instituição universitária em território brasileiro; entretanto, depois de duas décadas de República Federativa. Assim, em 1909, foram fundadas a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), nos Estados do Paraná e Amazonas, respectivamente. Em 1912, foi fundada a Universidade Federal do Paraná (UFPR), também, no Estado do Paraná. A Universidade de Alfenas (UNIFAL-MG) foi fundada em 1914, no Estado de Minas Gerais e na cidade de Alfenas. Somente depois de seis anos, em 1920, foi fundada a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na cidade e Estado com o mesmo nome, onde havia permanecido a Realeza. Sete anos depois, em 1927, foi fundada a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) no Estado com o mesmo nome e na cidade de Belo Horizonte. Em seguida, sete anos depois, em 1934, foram fundadas a Universidade de São Paulo (USP), na cidade e Estado com o mesmo nome, e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no Estado com o mesmo nome e na cidade de Porto Alegre (MEC, 2021; WIKIPÉDIA, 2021). Estas oito universidades foram as primeiras instituições de ensino superior universitário para centros de formação científica, cultural e formação de profissionais, que atendessem às necessidades de modernização do país, da classe social dominante e do governo brasileiro e com o objetivo de atrair capital de investimento estrangeiro Americano do Norte (USA) ou Europeu. Neste caminho, o Modelo de universidade adotado foi aquele dominado pelas necessidades do governo (Modelo Napoleônico). Mas, ao longo das décadas, já vinha ocorrendo, houve influência Americana do Norte (USA) no ensino superior em território brasileiro: algumas instituições de ensino superior passaram adotar características do Modelo Anglo Saxônico de universidade e outras foram fundadas adotando esse modelo (SANTOS, 2005).

Depois da II Guerra Mundial, a partir dos anos 1945, paralelamente à expansão do ensino superior público, houve a iniciação e expansão do ensino superior particular, principalmente, por influência dos Americanos do Norte (USA) com seu Capitalismo vitorioso da guerra e defensivo contra a expansão Rússia com seu Socialismo (início da Guerra Fria). Neste contexto, continuando a construção de universidades, em 1946, foi fundada a Pontifícia Universidade Católica (PUC), uma instituição particular de ensino superior no território de São Paulo. Outra instituição particular de ensino superior, fundada na área leste do Estado de São Paulo, na cidade de Mogi das Cruzes, em 1964, foi a Universidade de Mogi das Cruzes (UMC). Duas outras universidades públicas importantes na modernização das cidades do Estado de São Paulo foram fundadas respectivamente, em 1962 e 1976, a Universidade de Campinas (UNICAMP) e a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) (MEC, 2021). A partir de 1968, ocorreu a expansão das universidades particulares no território brasileiro, mas com seus os objetivos voltados preferencialmente ao ensino e não a pesquisa e a extensão. Nessa expansão do ensino superior no Brasil, algumas universidades públicas e outras particulares foram criadas e extintas por causa dos conflitos entre os defensores das tendências



sociológicas liberais, positivistas e teológicas de diferentes modelos de ensino universitário e os conflitos desses com a política do governo em relação ao ensino universitário em território brasileiro (PEREIRA et al., 2014, p. 121; DE SOUZA et al., 2019). Neste conflito, é conveniente lembrar que, em 1964, as forças armadas brasileiras deram um golpe de Estado, desconfiguraram o governo eleito e tomaram o governo do Brasil.

Após ano 1984, aconteceu a abertura política, econômica e social com a derrubada do Muro de Berlim, na virada de 1989 para 1990, que contribuiu para as quedas dos governos militares nas Américas, e, o ensino superior no Brasil passou sofrer mudanças no referencial dos seus interesses. Entre várias outras mudanças importantes, incorporou medidas que propiciassem a classe popular brasileira entrar para se formar no ensino superior público, o que não estava ocorrendo, mas com a imposição de sem perdas da qualidade de ensino (PEREIRA et al., 2014). Foi um começo de popularizar uma parte do ensino superior já consolidado no *Velho Mundo* e necessário para modernizar as classes populares, isto é, modernizar o empobrecido *Novo Mundo* através do novo Capitalismo neoliberal ou financiador neocolonialista, a fim de serem qualificadas como mão de obra especializada para atender às necessidades de uma civilização movida pelas indústrias, máquinas e tecnologias. Nesta direção, as universidades públicas e particulares de qualidade comprovada continuaram sendo uma das instituições importantes por deterem o saber, o ensino e as técnicas de aprendizagens superiores da ciência e da tecnologia em constante desenvolvimento.

Em 1991, ocorreu o fim da Guerra Fria. O ordenamento Mundial passou sofrer mudanças novamente. O Mundo entra num outro período de reorganização, do fechamento a abertura das fronteiras: é a tentativa de Globalização controlada no Mundo Ocidental. Nesta época, o território brasileiro já bastante ocupado em quantidade populacional, com uma classe popular vasta, com uma forma de governo Republicano Federativo e uma forma de economia comercial Capitalista, passou ter mais liberdade política administrativa em relação ao exterior, porque a ameaça do Mundo Socialista havia entrado em mudanças de ideais de relacionamento político, econômico e social. Nesse contexto, as universidades brasileiras, que já vinham recebendo vagarosamente mudanças em seu objetivo de missão e gestão por causa da crise de identidade, ou seja, das crises de hegemonia, legitimidade e institucional (SANTOS, 2005), receberam aceleração nessa direção. Atualmente, ano 2022, e já faz alguns anos atrás (PEREIRA et al., 2014), há uma tendência de descaracterização das universidades públicas no sentido de torná-las não uma *Instituição* social, mas uma *Organização* social, que permite o controle de si mesma enquanto estrutura de gestão, arbitragem de contratos, ensino, pesquisa e extensão.



4 QUANTIDADE DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR POR HABITANTES CANDIDATOS

Com relação a quantidade de instituições de ensino superior no Brasil, mesmo após as tentativas de modernização de seu território e civilização, o censo da educação superior 2018, em suas notas estatísticas, revela que há 2537 instituições de ensino superior. Destas, 217 e 1929 são Centros Universitários e Faculdades particulares, respectivamente; 139 e 13 são Faculdades e Centros Universitários públicos, respectivamente; 40 são Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF); e, somente, 92 e 107 são Universidades, respectivamente, particulares e públicas (INEP, 2018). Do outro lado, o censo demográfico 2022, em suas estimativas, estimou existir no Brasil uma população total acima de 214 milhões de pessoas (IBGE, 2021). E pela sua pirâmide etária constata-se haver da ordem de 183 milhões de habitantes brasileiros com idade acima de 15 anos e abaixo de 69 anos (IBGE, 2010); portanto, potencialmente candidatos a algum curso de ensino superior. Assim, fica evidente que 183 milhões de pessoas é muita gente para ser acomodada nas 2537 instituições de ensino superior estabelecidas em território brasileiro, ou seja, existem da ordem de 72 mil candidatos ($183 \text{ milhões de pessoas} \div 2537 \text{ instituições}$) para uma só instituição de ensino superior. Mesmo se for subtraído desses 72 mil, a quantidade de pessoas já constituída de ensino superior, esse resultado não sofrerá grandes modificações em território brasileiro.

Essa relação quantidade de instituições de ensino superior e habitantes candidatos pode ser amenizada significativamente ou não por meio dos avanços tecnológicos em informática da computação (SILVA et al., 2013; TEZANI, 2014). Com esta tecnologia, após as invenções da segunda geração dos Microprocessadores, Sistemas Operacionais (OS) e Softwares de armazenamento e processamento de áudio e vídeo mais a união e domínio dessas tecnologias em uma só pequena máquina, foi possível a fabricação do computador pessoal (PC), (CAFEZEIRO et al., 2016; WIKIPÉDIA, 2022). Este fato despertou no *Velho Mundo*, principalmente nos USA, em torno de 1977, o interesse político, econômico e educacional em inserir na forma de comércio (vendas) o computador pessoal (PC) nos diversos setores e lares da civilização contemporânea. Assim, as populações e todos os setores dos USA e de alguns países da Europa (França, Reino Unido entre outros) passaram a usar os computadores, que antes eram apenas de uso restritos de algumas instituições e do governo. Nesses países, em todos os setores da educação foram inseridos de modo contínuo e sistemático computadores para proporcionarem uma nova relação entre professor, aluno, meios e métodos de aprendizagens. Nos USA, o uso dos computadores nos setores da Educação foi inserido de modo completamente descentralizado e independente das decisões governamentais. Diferentemente, na França, o uso de computadores nos setores da Educação foi inserido de modo completamente centralizado e dependente das decisões governamentais (VALENTE, 1999). No Brasil, o computador pessoal (PC) foi



introduzido de forma comercial em grande escala na população em torno de 1997. Mas, nas universidades brasileiras, o computador já era usado como instrumento para efetuar cálculos, escrever publicações, efetuar pesquisas científicas em provedores de outras instituições e enviar mensagens a outras pessoas distantes. Entretanto, hoje, com o acesso da população aos computadores pessoais e microcomputadores abriu-se uma nova perspectiva de relação professor, aluno, meios e métodos de aprendizagens. Por isso, as instituições públicas e particulares brasileiras de ensino superior têm modificadas seus programas e meios de ensino para acomodar a nova realidade da informática computacional nas universidades, faculdades e escolas. Nesta direção, por exemplo, o Ministério da Educação e Cultura brasileiro criou a Secretaria da Educação a Distância e diversas outras instituições para desenvolver essa nova relação no ensino superior, médio e fundamental (ALVES, 2011; MARTINS, 2016). Portanto, com cursos realizados a distância pode ser possível aumentar a quantidade de graduados, mestres e doutorandos em uma organização ou instituição universitária e, até mesmo, acelerar o período de formação, desde que sem perdas de alfabetização qualificada de ensino superior. Mas, aumentar a quantidade de instituições ou organizações de ensino superior no Brasil é fundamental para atender essa quantidade aproximada de 72 mil candidatos a curso de nível superior, se o governo, investidores externos e lideranças brasileiras tiverem o interesse de tornar o conhecimento de nível superior universal a população. Também, cabe perceber o observador que essa medida não deve ser tomada isoladamente, porque está estreitamente relacionada às características econômicas e sociais da classe popular brasileira.

5 CONCLUSÃO

5.1 A UNIVERSIDADE QUE HOUE, HÁ E A QUE PODERÁ HAVER NO BRASIL

Observado o exposto nos parágrafos precedentes, as universidades brasileiras, independentes de serem públicas ou particulares, tiveram suas origens, formações e objetivos para atender às necessidades do governo interno ao país lacerado aos interesses de governo externo (o ordenamento Mundial); que veio sofrendo constantes transformações, onde a ciência e a tecnologia, por meio das universidades e das indústrias, passaram ser instrumentos não só de desenvolvimento, mas também de poder de quem as detém. Entretanto, perceba o observador que no Brasil, por meio das universidades e das grandes indústrias, não houve propriamente dito invenções de tecnologia e ciência. Em território brasileiro, foi sim implantado as transferências de tecnologia e até mesmo ciência: foi implantado as *linhas de montagens* vindas de fora, vindas da Europa ou América do Norte (USA). Não se inventou tecnologia ou ciência nesse território, se montou. E, assim foi como um dos itens para assegurar o laço moderno do domínio que necessitava o *Velho Mundo* sobre o *Novo Mundo* na ordem de desenvolvimento e crescimento.



5.2 A UNIVERSIDADE QUE HÁ NO BRASIL

Nesse sentido direcional, a classe dominante, muito menos a *classe popular* brasileira, não fundaram a universidade que queriam. Mas receberam um projeto de universidade com uma missão a cumprir e descaracterizada da ciência de interpretar o Mundo e das pessoas que o cercam, descaracterizada de vencer os desafios que se apresentam para a gestão de si mesma, descaracterizada de refletir e revolucionar o modelo de pesquisa e ensino superior que receberam, ..., até chegar a um nível tolerável de aceitação e percepção dessa realidade. Entretanto, uma universidade provida das características necessárias para a realização da missão que recebeu: Ajudar a modernizar a civilização brasileira promovendo formação de profissionais qualificados em território nacional em todas as áreas da ciência e reproduzindo tecnologias que servissem aos interesses do governo e de algumas indústrias multinacionais. Assim, não demorou para tornar-se uma universidade pública, e algumas particulares, de elevada qualidade de ensino e pesquisa científica superiores. Esse processo de modernização no Brasil, sem perdas de generalização, estendeu-se desde os anos 1909 até 2009; portanto, aproximadamente, um período de *100 anos* de universidade brasileira. Logo, as universidades no Brasil são jovens em relação a todas as outras do Mundo que as fez renascer (por exemplo: ano 1117 foi o início da formação da Universidade de Paris, em 1637 foi estabelecida a Universidade de Harvard, em 1096 foi fundada a Universidade de Oxford, entre outras, (MINGUILI et al., 2008)).

5.3 A UNIVERSIDADE QUE PODERÁ HAVER NO BRASIL

Durante o período de *100 anos* de universidade brasileira, foram introduzidas várias mudanças políticas, econômicas e administrativas na direção do ensino superior público e particular, algumas até mesmo de origem interna da própria instituição (SANTOS, 2005). Entre essas mudanças, foram editadas algumas que propiciaram uma abertura de acesso ao ensino superior público e particular aos da *classe popular* (PEREIRA et al., 2014). Assim, aproximadamente em 2018, ficou constatado que a *classe popular* estava se formando profissional no ensino superior público e, também, particular de bolsa de estudo. Entretanto, deve ser lembrado que a *classe popular* é numerosa em quantidade, há registros indicando haver da ordem de 120 milhões de pessoas na *classe popular* (estado de pobreza) e independente de qualquer definição adotada para caracterizar o que é estado de pobreza de um cidadão brasileiro, essa quantidade não varia para fazer diferença significativa em seu total absoluto ou relativo. Já a população total brasileira está na ordem de 214 milhões de pessoas (IBGE, 2021) e através da pirâmide etária da população (IBGE, 2010) constata-se que 31 milhões de pessoas estão com idade abaixo dos 15 anos. Portanto, existem aproximadamente 183 (214 milhões – 31 milhões) milhões de pessoas brasileiras, onde estão incluídas as classes rica, média e *popular*, com idade acima de 15 anos e abaixo dos 69 anos e todos esses deveriam ser candidatos potenciais a curso de ensino superior nas universidades brasileiras. Mas, mesmo dos 120 milhões de pessoas da *classe popular*



subtraindo os 31 milhões de pessoas com idade abaixo dos 15 anos, onde estão incluídas as classes rica, média e *popular*, ainda se obtém da ordem de 90 (120 milhões – 31 milhões) *milhões* de pessoas da *classe popular* com idade acima de 15 anos e abaixo de 69 anos. Portanto, todos esses deveriam ser candidatos potenciais da *classe popular* a curso de ensino superior nas universidades brasileiras. Agora, na melhor das estimativas da quantidade de pessoas da *classe popular* que conseguiu se formar em curso de ensino superior, no Brasil, está ainda na casa do *um mil* (INEP, 2018; SIMÕES, 2018). Portanto, a porcentagem beneficiada da *classe popular* que ascendeu a universidade é insignificante comparada com seu total que deveria ser candidato a um curso de ensino superior, a esperança é que cresce, mas muito lentamente e decresce às vezes. Então, a *classe popular* brasileira na sua totalidade continua sendo desconhecida (analfabeta) de ensino superior, mesmo após ocorridos os pleitos de modernizações industriais no território brasileiro iniciados no começo do século XX (pós Primeira Guerra Mundial). Mas, desde essa época, a nova classe social emergindo no Brasil, a classe média, em sua totalidade foi formada em ensino superior público e particular, portanto, beneficiou-se com a presença das universidades em território brasileiro, não é mais necessário buscar formação em ensino superior no exterior, isto é, na Europa ou América do Norte (USA). Entretanto, pelo exposta aqui, percebe-se que o Brasil está longe de assegurar a apropriação universal do ensino superior público e particular aos 120 milhões de pessoas de sua população total, que deveriam ser todos candidatos a algum curso de ensino superior atualmente. Aos poucos e a longo prazo, talvez chegue a essa safra com suas medidas de democratização e massificação do acesso ao ensino superior e com as mudanças de interesse na ordem do *Velho Mundo*.

Nessa direção ou não, a poucos anos, constituiu-se uma tendência mais robusta que antes a respeito da descaracterização da universidade pública brasileira: transformá-la de *Instituição* social para *Organização* social (CRISTOFANI et al., 2021). As causas para essa tendência não são apenas internas ao Brasil, mas fortemente externas. É resultante das grandes transformações política, econômica e mercantil que vem ocorrendo nas últimas décadas no *Velho Mundo* com o seu Capitalismo neoliberal e a Globalização em modificações, que também está relacionado com o velho conflito dos defensores do capitalismo neoliberal com os seus opositores socialistas modificados, teológicos ou não contrários ou resistentes a essa sociologia do capital (DE SOUZA et al., 2019; PEREIRA et al., 2014, pp. 128-131; SANTOS, 2005, pp. 141-161). Consequentemente, nessa direção, as instituições de ensino superior público brasileiras transformar-se-ão em organizações sociais particulares nacionais ou não nacionais e descapitalizadas do financiamento do Estado. Cabe cuidar que essa solução por si só não resolve as crises que se propagam nas universidades públicas brasileiras, apenas alivia a economia do Estado e transporta de um lado para o outro lado as crises de hegemonia, legitimidade e institucional nas universidades públicas e a realidade de um ensino superior de qualidade e acessível para todos os cidadãos ou pessoas brasileiros. Então, de um lado para outro lado, também é conveniente



ter-se os dois tipos de estruturas universitárias na mesma universidade por meio da criação de institutos diferenciados em suas formas de gestão, de arbitragem de contrato, ensino, pesquisa e extensão para conseguir capital para sustentação das pesquisa, ensino e extensão. E neste caminho, sem perdas de qualidade e segurança, garantir a apropriação universal do conhecimento do ensino superior e conter em sua missão, além de outras, o estudo revolucionário constante da natureza, da transformação do Mundo, das pessoas, da tecnologia e do ensino inserido na própria civilização brasileira. Ou, então manter as universidades públicas, mas modificadas para desempenharem as missões que lhe são próprias numa civilização humana e não apenas de máquinas.

AGRADECIMENTOS E DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES

O autor deste artigo agradece a CAPES e ao CNPq como instituições de fomento para pesquisa, ensino e extensão no âmbito das instituições de ensino superior do Instituto de Educação e Pesquisa em Práticas Pedagógicas (IEP-3) e da Faculdade de Engenharia e Ciências de Guaratinguetá (FEG) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP).

Também, declara este autor que não existem quaisquer potenciais conflitos de interesses na autoria e participação do trabalho científico aqui estudado e elaborado para submissão em instituições de publicações científicas estrangeiras ou brasileiras. Grato!



REFERÊNCIAS

- ALVES, L. (2011). “Educação a distância: Conceitos e história no Brasil e no mundo”. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta a Distância, ABED, São Paulo, 10 (1), pp. 83-92. Disponível em: <https://doi.org/10.17143/rbaadv10i0.235>
- CAFEZEIRO, I.; COSTA, L. C.; KUBRUSLY, R. S. (2016). “Ciência da computação, ciência da informação, sistemas de informação: Uma reflexão sobre o papel da informação e da interdisciplinaridade na configuração das tecnologias e das ciências”. Revista Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, MG, 21 (3), pp. 111-133. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/2681>
- CHAVES, A. J. F. (2019). *Algumas reflexões sobre a mudança da realidade social*. [IEP3]: 1 vídeo (30 min). Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/iep3>. Acesso em: 4 maio 2022.
- CRISTOFANI, S. A. O.; ROSA, Á. M. V. (2021). “Administração escolar e neoliberalismo: Um estudo sobre a relação entre direção e corpo docente”. Revista Científica Eletrônica de Pedagogia da FAEF, Garça, 2 (37), pp. 1-18. Disponível em: <http://faef.revista.inf.br/site/c/pedagogia.html>
- DA SILVA, O. V. (2017). “A idade moderna e a ruptura cultural com a tradição medieval: Reflexões sobre o renascimento e a reforma religiosa”. Revista Científica Eletrônica da Pedagogia da FAEF, Garça, 1 (28), pp. 1-7. Disponível em: http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/P4zxYBJG5YWskHR_2018-3-17-11-31-51.pdf
- DE SOUZA, D. G.; MIRANDA, J. C.; SOUZA, F. S. (2019). “Breve histórico acerca da criação das universidades no Brasil”. Revista Educação Pública, Fundação Cecierj, 19 (5), pp. 1-10. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/5/breve-historico-acerca-da-criacao-das-universidades-no-brasil>
- GIOVANAZZI, M. C. P. M. (2014). “Renascimento: uma ruptura medieval ou continuidade moderna?”. Revista História, Imagem e Narrativas, Rio de Janeiro, 1 (18), pp. 1-12. Disponível em: <https://docplayer.com.br/7139169-Renascimento-uma-ruptura-medieval-ou-continuidade-moderna.html>
- IBGE (2021). “População do Brasil 214.554.344, estimada”. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>. Acesso em: 4 fev. 2022.
- IBGE (2010). “Censo demográfico do Brasil 2010”. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística., 2 dez. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 6 fev. 2022.
- INEP (2018). “Censo da educação superior 2018: Notas estatísticas, Brasil, 3 abr. 2018”. In: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 10 mar. 2022.
- MARTINS, S. L. B.; MILL, D. (2016). “Estudos científicos sobre a educação a distância no Brasil: um breve panorama”. Revista Inclusão Social., Brasília,, DF, 10, (1), pp. 119-131. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/download/4176/3647>
- MEC (2021). “Cursos e instituições”. In: Ministério da Educação e Cultura, 3 jan. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pec-g/cursos-e-instituicoes>. Acesso em: 14 abr. 2022.



MINGUILI, M. G.; CHAVES, A. J. F.; FORESTI, M. C. P. P.; LOPES, A. A.; PINHO, S. Z.; CHAVES, A. J. F. (Coord.) (2008). Universidade brasileira: visão histórica e papel social. In: *Oficina de estudos pedagógicos: Reflexões sobre a prática do ensino superior*. São Paulo: Edidora Cultura Acadêmica, Cap. 2, p. 31-47.

PEREIRA, T. I.; MAY, F.; GUTIERREZ, D. (2014). “O acesso das classes populares ao ensino superior: Novas políticas, antigos desafios”. *Revista Pedagógica*, Unochapecó, 16 (32), pp. 117-140. Disponível em: <https://doi.org/10.22196/rp.v16i32.2726>

SANTOS, B. S. (2005). “A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade”. *Revista Educação, Sociedade & Culturas*, Portugal, 23, pp. 137-202. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantm:os.pt/pages/pt/artigos-em-revistas-cientificas.php>

SILVA, A. M.; LIMA, C. M. (2013). “O uso do computador no processo de ensino e aprendizagem: Questões de representação social”. *Revista Linhas*, Florianópolis, 14 (27), pp. 158-178. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/1984723814272013158>

SIMÕES, C. F.; AMARAL, S. C. S. (2018). “A relação entre a escolaridade e a pobreza: Uma análise das políticas para democratização do acesso ao ensino superior no Brasil”. *Revista Brasileira de Ensino Superior*, 4 (2), pp. 01-15. Disponível em: <https://doi.org/10.18256/2447-3944.2018.v4i2.2392>

TEZANI, T. C. R. (2014). “Discutindo a EAD no ensino superior: Dando voz aos alunos”. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Unesp, 9 (1), pp. 49-59. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/6856>

VALENYE, J. A. (org) (1999). *O computador na sociedade do conhecimento*. 1. ed. Campinas: Editora Unicamp, 156p. Disponível em: <https://www.nied.unicamp.br/biblioteca/o-computador-na-sociedade-do-conhecimento/>

VICENTE, A. P. (1993). “Política exterior de D. João VI no Brasil”. *Revista Estudos Avançados*, USP, 7 (19), pp. 193-214. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9634>

WIKIPÉDIA (2021). “Lista de universidades federais do Brasil”. In: a enciclopédia livre. [São francisco, CA: Fundação Wikipédia], 6 jun. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_universidades_federais_do_Brasil. Acesso em: 6 jun. 2022.

WIKIPÉDIA (2022). “Computador doméstico”. In: a enciclopédia livre. [São francisco, CA: Fundação Wikipédia], 22 fev. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Computador_doméstico&oldid=63071974. Acesso em: 10 mar. 2022.